

6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais

De 25 a 28 de julho de 2017

História das Relações Internacionais e da Política Externa

**Homens e Deuses:
A Força do Mito da Criação na Política Externa Japonesa**

Carolina Dantas Nogueira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte

2017

RESUMO

Este trabalho conclui um estudo sobre o comportamento político do Japão no cenário internacional que afirma que este será melhor compreendido à luz de seus entendimentos políticos domésticos. O objetivo principal foi compreender o papel de elementos da formação discursiva doméstica no relacionamento internacional de atores estatais, através do estudo de caso da relação Japão – Estados Unidos da América durante o período da ocupação, primeira fase (1945-1948). A problemática perpassa a compreensão da dinâmica política doméstica japonesa consolidada em séculos e as implicações desta para seu comportamento político internacional. Realizou-se, primeiramente, um estudo histórico das quatro grandes estruturas políticas oficiais do Japão, a saber, as três consolidadas constitucionalmente, além da estrutura de transição da ocupação. Esse recuo histórico justifica-se para identificar elementos de continuidade e mudança nestas estruturas que conferem sentido ao comportamento político japonês e contextualizam a interpretação japonesa sobre a ocupação evidenciada documentalmente. Assim, verificou-se a evolução e a consolidação histórica da cultura sócio-política japonesa, do processo de tomada de decisão hierarquizado e rigidamente definido, centrado no Imperador, em um primeiro momento, as modificações ocorridas durante a reorientação política na ocupação, em um segundo momento, e as consequências interpretativas e práticas deste processo para a estrutura política japonesa pós-ocupação. O estudo mostrou que a interpretação estadunidense sobre a rendição e seus desdobramentos foi diferente da interpretação japonesa, em que esta entendia o processo como capitulação e não como rendição incondicional. Este entendimento mostrou-se essencial para a compreensão da política externa japonesa durante e após a ocupação estadunidense.

Palavras-chave: Japão. Reorientação Política. Ocupação Estadunidense.

Introdução

O Japão é fascinante. Pequeno geograficamente, este arquipélago é gigantesco em tradições milenares, rituais, palavras e gestos. Independente da área analisada, sempre nos surpreende enquanto pesquisadores e seres humanos. Para os estudos em política internacional, especificamente, o período da ocupação (1945-1952) é considerado um marco modificador de seu comportamento decisório de políticas militaristas anteriores à Segunda Grande Guerra (1939-1945) para antimilitaristas pós-ocupação.

Uma leitura mais atenta de autores como Ward¹ (1966) e Berger² (1998), mostrou que estes autores trabalham com a hipótese do trauma da derrota na Segunda Grande Guerra como ligação entre o traço cultural confucionista da honra e do dever, e o comportamento político antimilitar japonês. Além disso, autores como Morishima³ (1982) e Mochizuki⁴ (1984), destacam que o Japão atuava no sistema internacional até 1945, do mesmo modo hierárquico que entendia suas relações sociais; como um soberano que guiava a todos.

Argumenta-se aqui, portanto, que desconsiderar a força da realidade tradicional, milenar e complexa do arquipélago é extremamente prejudicial às análises em política internacional que englobem o Japão. Todavia, questiona-se aqui esta hipótese do trauma da derrota. Uma leitura inicial do Instrumento de Rendição⁵, de 02 de setembro de 1945, sugere que houve mais uma reafirmação do comprometimento do governo japonês com o Imperador do que um processo de derrota. Isto porque o documento trás textualmente diversos artigos que repetem os comandos do Imperador a serem cumpridos.

A existência do documento intitulado Declaração de Humanidade⁶ (*Ningen Sengen*) e a importância atribuída pelo Quartel General da Ocupação (GHQ) a este documento para a democratização do Império, sugerem que os aspectos culturais shintoístas de obediência à Sua Majestade, a Divindade Reinante, eram predominantes nos entendimentos e processos decisórios japoneses e não os confucionistas.

O Arquipélago e sua Origem Mitológica

¹ WARD, R. The Legacy of Occupation. IN: PASSIN, Herbert. The United States and Japan. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

² BERGER, Thomas U. Cultures of Antimilitarism: National Security in Germany and Japan. Baltimore. The Johns Hopkins University Press, 1998.

³ MORISHIMA, Michio. Porque Triunfou o Japão? A tecnologia ocidental e o espírito do povo japonês. Gradiva Press. Lisboa. 1982.

⁴ MOCHIZUKI, Mike. Japan's Search for Strategy. International Security, Vol. 8, No. 3 (Winter, 1983-1984), pp. 152-179. The MIT Press.

⁵ *Instrument of Surrender*. Texto completo: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c05.html>>.

⁶ Texto oficial: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/shiryō/03/056/056tx.html>>.

É à mitologia japonesa⁷ e ao shintoísmo⁸ que se deve a prática milenar do respeito à natureza e aos templos, devido às crenças e mitos consolidados com as práticas culturais e ensino milenar doutrinário. Tradicionalmente politeístas, a natureza representa a morada dos deuses, em que toda a criação (plantas, rochas, montanhas, estrelas, animais) possui uma deidade de referência. O mito mais forte se refere à formação do arquipélago, em que este foi criado, governado e povoado por diversas deidades e seus descendentes, sendo esta a origem do povo japonês. *Amaterasu* ou “a grande divindade que ilumina o céu” é a deidade mais importante da tradição Shintoísta, a Rainha do Reino Celestial. Porque foi considerada muito bonita, seus pais a enviaram aos céus, pois “esta criança não deve residir nesta terra, mas sim ser enviada rapidamente ao céu e assumir responsabilidades divinas⁹ (NIHON SHOKI, parte 5, verso 1)”, tornando-se assim, a Deusa Sol. *Izanagi* e *Izanami* tiveram mais dois filhos, *Tsukuyomi*, o Deus da Noite e da Lua e *Susano-Wo*, o Deus dos Mares e das Tempestades. Os três irmãos reinavam separados.

Em uma visita à irmã, *Susano-Wo* causou distúrbios no Reino Celestial e, por isso, *Amaterasu* fez uma aposta com ele: cada um deveria criar vida com um objeto do outro e assim *Amaterasu* criou três deidades femininas da espada (*Kusanagi*) de seu irmão e *Susano-Wo* criou cinco deidades masculinas do colar de pérolas (*Yasakani*) da irmã. Bêbado com a vitória, *Susano-Wo* comemorou descendo das nuvens e destruindo os campos de arroz da irmã.

⁷ Mais informações sobre a Mitologia Japonesa consulte a página do *Myth Encyclopedia*, disponível em <<http://www.mythencyclopedia.com/Iz-Le/Japanese-Mythology.html>>. O registro mais antigo japonês é o livro *Kojiki* compilado em 712 e o livro *Nihon Shoki* ou *Nihongi* compilado em 720 e que trata da mitologia da criação do arquipélago e da origem da família imperial. Para acesso ao livro *Nihon Shoki* consulte: <<https://ia800301.us.archive.org/11/items/nihongichronicl00astogoog/nihongichronicl00astogoog.pdf>>. Maiores detalhes sobre o período em IMAMURA, Keiji. **Prehistoric Japan: New Perspectives on Insular East Asia**. Honolulu, University of Hawaii Press, 1996. Sobre a pesquisa documental do período e trechos do *Kojiki* consulte LU, David J. **Japan: A Documentary History, Volume I: The Dawn of History to the Late Tokugawa Period**. Armonk, New York: M. E. Sharp, 1997.

⁸ Shintoísmo ou “o caminho dos deuses” é escrito com o kanji *kami* “Deus”, ‘divindade’, ou ‘poder divino’, e o kanji de caminho. Embora a palavra *kami* seja usada para se referir a um único Deus, também se refere a uma miríade de deuses, venerados desde a Era Yayoi (300 a.C a 300 d.C). Os *kamisama* (神様) são parte de todas as formas e manifestações de vida. Residem em rochas, árvores, montanhas e em fenômenos naturais. Os *kamisama* que mais se assemelham aos deuses ocidentais são as divindades celestiais que residem no *Takamagahara* (Reino Celestial). O Shintoísmo enfatiza a pureza e o respeito, traduzido em diversos rituais de limpeza e purificação, por exemplo, a prática de se lavar as mãos à entrada dos Templos. Não existe um livro sagrado shintoísta com mandamentos morais e esta lacuna foi preenchida pelo Príncipe Regente Shōtoku com a adoção de preceitos confucianos e budistas especificados na Constituição dos Dezessete Artigos. Para maiores informações acesse: <http://www.uri.org/kids/other_shin.htm>, <<http://mb-soft.com/believe/txo/shintois.htm>> e <<http://www.japan-zone.com/omnibus/shinto.shtml>>.

⁹ “吾息雖多, 未有若如此靈異之兒. 不宜久留此國. 自當早送于天, 而授以天上之事” Fala atribuída ao Deus *Izanagi* sobre sua filha *Amaterasu* e registrada no livro *Nihon Shoki*, parte 5, verso 1, disponível em inglês em japonês em <<http://nihonshoki.wikidot.com/scroll-1-age-of-the-gods-1>>. Para maiores informações sobre esta Deusa e demais deidades shintoístas, consulte o *Ancient History Encyclopedia* em <<http://www.ancient.eu/Amaterasu/>>. O resumo mitológico aqui reproduzido encontra-se mais detalhado na obra de David Lu (1997), que selecionou diversos trechos do *Kojiki* e do *Nihongi*, contrastando-os com documentos históricos e registros dos clãs dominantes do período antigo japonês. Esta pesquisa sobre os clãs e seus inúmeros confrontos não serão aqui retratados, salvo os conflitos direta ou indiretamente relacionados à Família Imperial.

Brava, após inúmeros episódios como este, *Amaterasu* desceu à Terra e se trancou em uma caverna, dando início a um longo período de trevas no arquipélago. Após muito tempo, deidades menores conseguiram alcançar *Amaterasu* que retornou ao Reino Celestial. Para restabelecer a ordem entre as criaturas de seus Pais, *Amaterasu* enviou diversas deidades para governar o arquipélago, mas não obteve sucesso. Ela então encarregou seu neto, *Ninigi-no-Mikoto* que aceitou o desafio. Para auxiliá-lo em sua jornada, ela lhe deu três presentes: o *Yasakani*, o *Yata* e a *Kusanagi*¹⁰ que juntos se tornaram a materialização do poder de *Ninigi* na Terra.

Quando ele chegou ao arquipélago, foi aceito como o Soberano do Japão e seus presentes se tornaram as relíquias da Família Imperial. Isto porque *Ninigi* tornou-se mortal ao se casar e um de seus bisnetos, *Iwarebiko* conhecido como *Jimmu Tennō* (神武天皇), se tornou o primeiro Imperador, que reinou por volta de 660 a.C. ao unificar o arquipélago sob uma mesma bandeira; o *Hinomaru* (日の丸) ou “Círculo do Sol”¹¹. Acreditava-se que o Imperador Jimmu possuía poderes mágicos e que conversava com os deuses e, portanto, era considerado abaixo dele se envolver no dia a dia político do arquipélago, deixando a cargo de ministros e conselheiros a condução política de seu reino.

Portanto, para a mitologia japonesa a Família Imperial é descendente direta da Deusa Sol, *Amaterasu*. Entretanto, apenas na Era Asuka (飛鳥 593-710) com o desenvolvimento do primeiro texto legal japonês, que se tem registro, a Constituição dos Dezessete Artigos, é que esta ascendência divina foi oficializada. Além disso, a história cronológica japonesa é dividida em Períodos ou Eras¹² nomeadas de acordo com o nome do Reinado do Imperador vigente, utilizando o Calendário *Nengō* (年号, nome da Era). Atualmente o calendário gregoriano também é adotado, entretanto é o calendário *nengō* o utilizado em documentos e no dia-a-dia da população. O ano de 2017, por exemplo, é 平成

¹⁰ As relíquias são guardadas separadas: o colar *Yasakani* está guardado no Palácio Imperial em Tokyo, o espelho *Yata* está no Templo de *Amaterasu* em Ise, e a espada *Kusanagi* está no Templo *Atsuta* em Nagoya. Originalmente as três relíquias ficavam no Templo de *Amaterasu* em Ise, que era parada obrigatória na rota de visitação oficial a localidades shintoístas. Após a Ocupação e a revogação da visitação a localidades shintoístas por integrantes do governo, as relíquias foram guardadas separadas nessas três localidades. Esta mudança foi oficializada com a SCAPIN *Shinto Directive*.

¹¹ O nome oficial da bandeira é “marca do sol – Nisshoki” (日章旗). A proporção vertical-horizontal da bandeira é 2:3, o círculo está exatamente no centro, e seu diâmetro equivale a três quintos da medida vertical. Entretanto é mais conhecida como *Hinomaru*. Para maiores detalhes sobre o significado e a utilização histórica consulte a Embaixada em <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/bandeira.html>>. Diversas pinturas, biombos, poemas e registros históricos descrevem o *Hinomaru* como o símbolo do lado que lutava pela verdade, pelo arquipélago, e que detinha as bênçãos dos deuses. Clãs partidários da família imperial se uniam sob o *Hinomaru* e lutavam contra revoluções, golpes contra o império, guerras por terras e poder. Embora seu uso tenha sido oficializado apenas no século XIX na Era Meiji (1868-1912), o primeiro registro de sua existência encontra-se no Livro *Nihongi* que faz uma referência ao *Hinomaru* como bandeira oficial desde o ano 701.

¹² Para detalhes sobre a conversão do calendário gregoriano ao calendário *nengō* e acesso à lista completa das Eras e para o calendário de 2015 consulte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eras_do_Jap%C3%A3o> ou <<http://www.maitown.com/soft/nannohi/cam2015.html>> ou <<http://www.nihongobrasil.com.br/historia.htm>>.

29 年(Heisei29nen) que significa 29º Ano do Reino Heisei, do Imperador Akihito. Por ser descendente da deidade governante, a Família Imperial japonesa não possui sobrenome; seus membros adquirem uma designação em seu nascimento e o primeiro nome quando de sua confirmação como Príncipe ou Princesa. Além do nome, o Imperador é designado de *Kinjō Tennō* (今上天皇) ou Imperador Reinante.

Manuscritos chineses do século III falam do longínquo Reino Yamatai¹³ (邪馬台国), que se situava para além da península ao leste (Coreia) e enviava tributos ao continente (China) de tempos em tempos. Denominados *Records of the Three Kingdoms*, é uma coletânea de manuscritos, considerados registros históricos, que tratam da Dinastia Han (184-220), Wei (220-265) e Sui (581-618)¹⁴. É o registro oficial mais antigo encontrado que menciona o Reino Yamatai (Era Yayoi 弥生 300bc-250dc) e sua lendária Imperatriz Himiko (卑弥呼) do século II e III¹⁵. É atribuído à Imperatriz Himiko o desenvolvimento do arquipélago mediante negociações com o continente, adoção do sistema de tributação hierarquizado via daimyō, utilização da mitologia shintoísta como elemento legitimador de seu reinado e associação pessoal (Família Yamato) como descendente de *Amaterasu*. O Reino Yamatai, que pertenceu aos Yamato, conseguiu prosperar e, embora não tenham conseguido pacificar o arquipélago, ao longo de cinco séculos unificaram o conjunto de ilhas sob um mesmo nome (日本 *Nihon*) e bandeira (IMAMURA, 1996).

Sem menção direta à Imperatriz Himiko, o Reino Yamato é mencionado no *Kojiki* e no *Nihon Shoki* como uma das oito ilhas criadas por *Izanagi* quando da criação do arquipélago, vinculando assim a região e seus governantes ao mito da criação¹⁶. Embora a prática oral já existisse desde o reinado da Imperatriz Himiko, é o primeiro texto legal japonês, no entanto, que oficializa o mito da criação como verdade e vincula a Família Imperial como os descendentes diretos da Deusa Sol *Amaterasu* e, portanto, herdeiros divinos do arquipélago. Denominada de Constituição dos Dezesete Artigos (十七条憲法), o

¹³ O arquipélago teve diversas denominações registradas nos manuscritos chineses e no *Kojiki* (Oyashima, Mizuho, Yamatai, Reino de Wa, Fuso, Nippon). Entretanto, somente após comunicação do Príncipe Shōtoku com o nome NIPPON como oficial que os chineses passaram a adotar este último. O nome NIHON ou NIPPON utiliza o *kanji* de Sol (日 HI ou NI) e o *kanji* de Origem (本 HON ou PON). Assim, o local se chama a origem do sol ou nascente do sol. Para detalhes: <<http://www.jpaoemfoco.com/por-que-o-japao-se-chama-japao/>>.

¹⁴ O conteúdo em chinês está disponível em <<http://ctext.org/sanguozhi>>. Livros: GUANZHONG, Luo. **Three Kingdoms: A Historical Novel**. University of California Press. Tradução Moss Roberts. 1991. SHOU, Chen [280/290]; SONGZHI, Pei. **三國志: Records of the Three Kingdoms**. Taipei, Editora Dingwen. 1977.

¹⁵ Para maiores informações sobre o reinado da Imperatriz Himiko e detalhes historiográficos consulte: Período Yayoi <<https://heritageofjapan.wordpress.com/yayoi-era-yields-up-rice/the-advent-of-agriculture-and-the-rice-revolution/who-was-queen-himiko/>>. EDWARDS, Walters. **Mirrors to Japanese History**. 1998, v.51. Revista *Archeological Institute of America*. Disponível em <<http://archive.archaeology.org/9805/newsbriefs/japan.html>>. A obra de Kenji Imamura retrata com maior riqueza de detalhes o período histórico, conflitos e desenvolvimento (1996) ao passo que a obra de David Lu (1997) retrata os documentos. Consulte ainda a Enciclopédia Kongming em: <<http://kongming.net/encyclopedia/Queen-Himiko>>.

¹⁶ Para acesso ao texto do *Kojiki* em inglês consulte: <<http://www.sacred-texts.com/shi/kj/>>. O nome registrado no *Kojiki* e mais tarde no *Nihongi* é Yamato e não Yamatai, utilizado pelos chineses por diferenças de pronúncia.

documento foi escrito e promulgado no dia 03 de abril de 604, Era Asuka pelo Príncipe Shōtoku¹⁷, Regente da Imperatriz Suiko (33^a descendente¹⁸ de *Ninigi-no-Mikoto*). O texto versava sobre a moral e as virtudes esperadas daqueles hierarquicamente superiores, que deveriam exemplificar as regras com a sua própria conduta para seus subordinados e súditos do Imperador (LU, 1997).

Quando um comando imperial é dado, deverá ser obedecido com reverência. O soberano é como o céu e o súdito como a terra. Com o céu cobrindo e a terra apoiando, as quatro estações ocorrem de forma ordenada, dando sustento para tudo o que é natural. Se a terra tenta sobrepujar as funções do céu, destruirá tudo. Portanto, quando o soberano fala, o súbito escuta; quando o superior age, o inferior deve seguir seu exemplo. Quando um comando imperial é dado, execute-o com diligência. Se não houver reverência aos comandos imperiais, a ruína ocorrerá automaticamente. (十七条憲法, Artigo Três, tradução nossa)¹⁹

Além de uma Constituição, Shōtoku centralizou o sistema de governo com a criação de cargos e atribuições hierárquicas aos seus ministros e conselheiros. A capital Nara tornou-se um pólo cultural e artístico com a aproximação cultural com a China, o ingresso do Budismo e do Confucionismo no Japão. Incluem-se ainda nesse intercâmbio cultural a tecelagem, fundição do metal, astronomia, construção naval e a adoção do alfabeto chinês *kanji* (漢字) para o registro e organização escrita da língua japonesa (IMAMURA, 1996).

Ao conjunto de práticas ritualísticas e mitológicas deu-se o nome de shintoísmo e embora o budismo tornara-se a religião oficial, as práticas shintoístas não foram descartadas, mas sim adotadas oficialmente. Foi com o Príncipe Shōtoku, também, que o termo *Tennō* (天皇) foi usado como denominação do Soberano. O vocábulo *ten* corresponde ao *kanji* chinês *tian* que significa céu e *nō* corresponde ao *kanji* chinês *huang* que significa governante. Desta forma, a denominação *Kinjō Tennō* não significa apenas Imperador Reinante, mas sim a Divindade Reinante. “*Ele não era simplesmente um Imperador que reinava com o mandato divino, mas um Imperador que era coevo com os céus*”²⁰ (LU, 1997, p.23, tradução nossa). Com o advento da escrita e formalização documental, o Príncipe

¹⁷ Para maiores informações sobre o Príncipe e a Constituição, consulte a página Sarudama na parte da história japonesa. Disponível em <http://www.sarudama.com/japanese_history/jushichijokenpo.shtml>. THEODORE de BARY, William (ed.). **Sources of Japanese Tradition. Volume One: From Earliest Times to 1600.** Columbia University Press. 2002 (segunda edição); VARLEY, Paul (trad.). **A Chronicle of Gods and Sovereigns: Jinno Shotoki of Kitabatake Chikafusa (1343).** Columbia University Press. Nova York, 1980.

¹⁸ Para a lista completa dos Imperadores consulte <https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Emperors_of_Japan>. Note-se que a Imperatriz Himiko não aparece na lista. Seu registro ocorreu apenas nos textos chineses e não nas crônicas japonesas (*Kojiki* e *Nihon Shoki*) do século VIII.

¹⁹ “承詔必謹。君則天之。臣則地之。天覆臣載。四時順行、萬氣得通。地欲天覆、則至懷耳。是以、君言臣承。上行下靡。故承詔必慎。不謹自敗”。 Para o texto completo em chinês clássico consulte o texto original *Nihon Shoki*: <<http://www.j-texts.com/jodai/shokiall.html>>. Tradução para o inglês retirada de David Lu, 1997. Para um estudo extenso do período consulte BROWN, Delmer (ed.). **Cambridge History of Japan, Volume I: Inoue Mitsuada. The Century of Reform.** Nova Iorque, Cambridge University Press, 1993.

²⁰ “He was not a mere emperor who ruled by the mandate of heaven, but one who was coeval with heaven.”

sedimentou o direito divino hereditário da família imperial. Os documentos chineses eram oficializados com o carimbo imperial e seguindo esse exemplo, em 669 regularizou-se a figura do Guardião do Carimbo Imperial. O Carimbo Oficial é chamado de Carimbo Imperial ou *Tennōgyoji* (天皇御璽) e o Emblema Imperial do Crisântemo ou *Kikkamonsyō* (菊花紋章), ambos usados ainda hoje para oficializar documentos imperiais, passaportes e credenciais governamentais.

Primeira Organização Política Oficial

Do século XII (Era Kamakura) ao século XIX (Era Edo) o arquipélago vivenciou um sistema político duplo: o *Bakufu*; em que as decisões administrativas do arquipélago, estavam nas mãos de um Lorde Militar, o *Shogun*²¹, designado pelo Imperador. Na prática este sistema já estava em vigor desde as reformas do século VII, entretanto, as constantes disputas entre os *Han* (Clãs) proeminentes pelo controle administrativo dos demais *Han* culminaram com o desenvolvimento da classe militar e de sua utilização, pelo Imperador, na condução político-administrativa do arquipélago.

Em síntese, até a Batalha de Sekigahara (関ヶ原の戦い) em 21 de outubro 1600, as disputas eram intensas, diversos *Han* se aliavam e lutavam pelo controle de parte do território ou pelo *Han* central, templos e castelos eram constantemente destruídos e reconstruídos. Foi somente com a ascensão do *Han Tokugawa* (徳川) ao poder após esta batalha, que a unificação e pacificação foram completamente alcançadas, período Edo (江戸 1603-1868), conhecido como a era de paz e do isolamento japonês. Durante estes oito séculos de *Bakufu*, a estrutura governamental foi ampliada e consolidada e os diversos órgãos e conselhos do *Bakufu* divididos entre a classe governante. Faziam parte do círculo interno do Imperador, os *Conselheiros*, o *Naidaijin* e o *Shogun*. O *Shogun* ficava no *Han* central e os *Conselheiros* e o *Naidaijin* ficavam em Kyoto (京都) junto ao Imperador. No *Han* central funcionavam diversos órgãos administrativos.

Segunda Organização Política Oficial

²¹ O nome do sistema em japonês é *Bakufu* e o cargo do chefe militar *Shogun*. A palavra *Shogunato* em português é usada como o *Governo do Shogun*. Entretanto, *Bakufu* significa um *Governo de Tenda*, em que o Imperador continuava ativamente controlando a relação entre *Han* central e demais *Han* e ao longo dos 8 séculos de *Bakufu* ocorreu a interferência direta de Imperadores descontentes com os rumos dados por determinados *Shogun* à condução político administrativa do arquipélago. Meu ponto aqui é justamente destacar a importância constante e ativa da Família Imperial Japonesa nos assuntos políticos, tornando-se a dinastia mais antiga na história do mundo que se tem registro a manter o poder em um território. Para maiores informações sobre a pesquisa desse período histórico consulte: <http://www.grips.ac.jp/teacher/ono/hp/lecture_J/lec02.htm>.

O fim do *Bakufu* veio em 1853 com a chegada de Perry e a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1854, que terminou com o isolamento do arquipélago. Em 1868 começou o período chamado Restauração Meiji. Em síntese, por quase trinta anos (1868-1895) ocorreu um movimento de reestruturação política, militar, econômica e social no plano interno, em paralelo a um movimento imperialista e expansionista e de fortalecimento da nação no plano internacional. A Constituição do Império do Japão²² (大日本帝國憲法) foi criada em 1889 a partir da Constituição dos Dezessete Artigos e em resposta às dificuldades encontradas pelo governo Meiji e pela necessidade de maior formalização burocrática do sistema de governo já existente. Após diversas missões diplomáticas e estudos acerca dos sistemas políticos existentes, o modelo constitucional prussiano foi o adotado, em que o Imperador seria o governante ativo com poder político, mas que o compartilhava com o Parlamento eleito, e, portanto, um parlamento oficial foi criado, a Dieta Imperial²³ em 1889. A grande diferença advinda com a Restauração Meiji foi a eliminação oficial do *Bakufu* e a centralização do poder político somente na figura do Imperador, ainda que a execução continuasse a cargo de outrem (Primeiro Ministro).

Composta por 76 artigos divididos em sete capítulos, a Constituição aborda o Imperador (capítulo 1), Direitos e Deveres dos Súditos (capítulo 2), a Dieta Imperial (capítulo 3), Ministros de Estado e Conselheiros (capítulo 4), o Judiciário (capítulo 5), Finanças (capítulo 6) e Regras Suplementares (capítulo 7). A soberania estaria no Imperador (artigo 4) em virtude de sua ancestralidade divina, seguindo a carta anterior, sendo ele responsável pelos três poderes (legislativo, executivo e judiciário – artigo 5) e pelo orçamento oficial (artigo 64), embora o poder legislativo atrelava-se à aprovação da Dieta Imperial (LU, 1997).

Além da burocratização e do sistema parlamentar advindos com a Restauração Meiji, a força militar da nação também se desenvolveu rapidamente. O Japão se tornara uma potência regional e passou a chamar-se de *Dai Nippon Teikoku* (大日本帝國)²⁴ ou Grande Japão Imperial. O Imperador era visto como um General imponente, simbolizando a força da nação, e um Pai para todos. Um novo templo chamado *Yasukuni Jinja* (靖国神社)²⁵, foi

²² Para acesso ao Editó Constitucional <<http://www.wdl.org/en/item/14456/>>. O texto completo da Constituição do Império do Japão com seu preâmbulo encontra-se disponível na página oficial da Dieta Nacional em inglês <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c02.html>> e japonês <<http://www.ndl.go.jp/constitution/etc/j02.html>>.

²³ O termo *Imperial Diet* poderia ser melhor traduzido para Assembléia Imperial, entretanto, utilizaremos aqui a tradução oficial, Dieta Imperial. Para a situação posterior, *National Diet*, usaremos o termo oficial, Dieta Nacional, embora a tradução mais adequada seja Parlamento Japonês.

²⁴ Para informações sobre a história do Japão e detalhes da campanha militar e imperialista consulte <<http://www.japan-guide.com/e/e2130.html>>. Em 1982 um filme japonês sobre o *Dai Nippon Teikoku* (大日本帝國) de nome homônimo foi lançado. O filme tentou contar a história sob o viés dos militares, mas foi considerado tendencioso e não foi muito divulgado. Para informações sobre o filme consulte a *Internet Movie Database* em: <<http://www.imdb.com/title/tt0403957/>> ou <<http://movie.douban.com/subject/1938115/>>

²⁵ Localizado em Chiyoda, em Tokyo, é um polêmico santuário shintoísta. Fundado pelo Imperador Meiji para celebrar os mortos em serviço ao *Dai Nippon Teikoku*. Mais tarde passou a homenagear todos os que morreram a serviço do Governo Meiji, Governo Taishō e o início do Governo Showa. Atualmente é financiado por capital

remodelado como um símbolo do sacrifício patriota e tornou-se o local oficial de visitas governamentais (HALL, 1971).

Assim, em 1890, a estrutura administrativa básica japonesa estava estabelecida, com uma monarquia constitucional, Imperador como autoridade máxima, administração central e provincial, sistema legal, educacional e de polícia, a Dieta Imperial, Exército e Marinha pequenos, porém modernos, e uma infraestrutura para a indústria leve e pesada. Essa estrutura piramidal política da Era Meiji, regulamentada²⁶ nos moldes ocidentais com a Restauração Meiji, funcionou até 1945.

Portanto, a segunda organização política oficial japonesa era uma estrutura governamental piramidal, com o Imperador no topo e diversos órgãos conselheiros e/ou executivos que agiam sob seu comando. O formato das reuniões e encontros entre os grupos e o Imperador seguia uma simples regra: toda Conferência Imperial ou *Gozen Kaigi* (御前会議) era prerrogativa do Imperador. As grandes conferências incluíam a presença de membros do *Genro*, do Primeiro Ministro, do Guardião do Carimbo Imperial e outros membros do Gabinete Imperial.

O ponto a destacar aqui é o fato de que os relatórios do GHQ afirmam que não havia padrão definido na Constituição do Império do Japão e nenhuma outra lei autorizava ou regulamentava a existência das Conferências Imperiais. De todos os órgãos e conselhos existentes, apenas o Conselho Privativo era mencionado na Constituição do Império do Japão, embora não definido por lei (*Novo Executivo*, SCAP, 1949, p.120). Este sistema piramidal japonês baseado na tradição e costume era tido como extra constitucional e arbitrário nos relatórios do GHQ/GS. Como vimos, entretanto, a regulamentação já existia desde a Constituição dos Dezesete Artigos, cujo conteúdo foi adaptado e não abolido, para a Constituição do Império do Japão.

A Estrutura Política de Transição

privado, mas ainda possui o livro das almas com os nomes, de cerca de 2 milhões de pessoas entre soldados, mulheres e crianças, mortos em combate, além de um museu da guerra com artefatos coletados. Desses soldados, 1068 nomes foram considerados criminosos de guerra, e por isso, as visitas ao santuário por membros do Gabinete Ministerial causam até hoje protestos domésticos e internacionais. Sua localização foi escolhida pelo Imperador Meiji pessoalmente que decidiu usar um Templo *Tokyo Shokonsha* que já existia no local e que homenageava os combatentes da Guerra Boshin, que lutaram pelo Imperador, foi renomeado em 1879 e remodelado com a configuração atual. Para maiores informações acesse o site do templo: <<http://www.yasukuni.or.jp/english/>>.

²⁶ Destaco neste trabalho que a estrutura foi regulamentada nos moldes ocidentais com a Restauração Meiji e não imposta ou criada neste período como é alegado nos relatórios oficiais da Ocupação. Para maiores informações sobre este período consulte: MORISHIMA, Michio. **Porque Triunfou o Japão? A tecnologia ocidental e o espírito do povo japonês**. Gradiva Press. Lisboa. 1982; LIVINGSTON, Jon; MOORE, Joe; OLDFATHER, Felicia. **Imperial Japan: 1800-1945 to the present**. NY: Pantheon Books. The Japan Reader 1. 1973.

Prevista no artigo 7 da Declaração de Potsdam, a ocupação dos aliados no Japão começou imediatamente após o final da Segunda Grande Guerra (1945) e durou até abril de 1952, com exceção das Ilhas Ryukyu (Okinawa), em que a presença estadunidense terminou oficialmente em 1972. Liderada pelo SCAP, o General Douglas MacArthur, a ocupação foi majoritariamente estadunidense. O SCAP²⁷ foi o responsável por toda a operação das Forças Aliadas no Pacífico Sul e não somente no *Dai Nippon Teikoku*. O GHQ de toda a operação foi construído na cidade de Edo, renomeada para Tokyo²⁸. A Declaração de Potsdam²⁹ estabelecia a ocupação (artigo 7 e 12) para garantir o fim do militarismo (artigo 6 e 11) e renascer as tendências democráticas do povo japonês (artigo 10). Assim, a rendição foi formalizada com o Instrumento de Rendição e a Primeira Diretriz Básica da Ocupação³⁰ foi implementada.

Alguns meses após o estabelecimento da ocupação e da nomeação dos responsáveis por sua condução, o *Allied Council for Japan* (Conselho dos Aliados – ACJ) foi criado em Tokyo para atuar em conjunto com o *Far Eastern Commission* (Comissão para o Extremo Oriente – FEC) que ficava em Washington, DC. A FEC foi estabelecida como um órgão decisório condutor das diretivas gerais da ocupação. A FEC formulava e revisava as políticas, princípios e padrões a serem seguidos para a efetivação do Instrumento de Rendição. Entretanto, não tinha autoridade sobre as questões territoriais ou sobre a condução das operações militares. Os EUA, Reino Unido, China e URSS possuíam poder de veto sob as decisões, entretanto, os EUA podiam emitir instruções em situações de emergência sem esperar as decisões da comissão³¹.

O ACJ era um órgão consultivo, estabelecido em Tokyo para orientar e aconselhar o SCAP sobre a administração da ocupação; a aplicação dos termos da rendição, ocupação e controle do *Dai Nippon Teikoku*, e quaisquer diretivas complementares. As quatro delegações do conselho representavam os EUA, a Comunidade Britânica (Austrália representada juntamente ao Reino Unido, Nova Zelândia e Índia), a URSS e a China e se encontravam a cada duas semanas. As diretivas decididas pela FEC eram enviadas pelo governo dos EUA para o SCAP que, por sua vez, as repassava aos setores responsáveis, assegurando-se que estas diretivas fossem implementadas. Caso o ACJ discordasse das

²⁷ A sigla SCAP é usada oficialmente tanto em se tratando do Comandante quanto do próprio Quartel General em diversos livros e relatórios. Para efeitos práticos, utilizaremos aqui a sigla SCAP quando nos referirmos ao Comandante Mac Arthur e a sigla GHQ quando nos referirmos ao Quartel General de Tokyo.

²⁸ Informações, relatórios e arquivos do fichário disponíveis em *Army History*. Para acesso consulte: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/ch7.htm>>.

²⁹ Para o texto na íntegra acesse: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>.

³⁰ ‘United States Initial Post-Surrender Policy’ <<http://www.ndl.go.jp/constitution/shiryō/01/022/022tx.html>>.

³¹ Informação retirada dos relatórios do General Douglas MacArthur, intitulados *The Reports of General MacArthur* que incluíam dois volumes divididos em quatro livros e publicados pelo Departamento do Exército dos Estados Unidos em Tokyo em 1950. Foram recuperados e reimpressos em 1994 pelo mesmo departamento e disponibilizados ao público em sua versão online. Para acesso ao material completo consulte: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1%20Sup/index.htm#cont>>.

propostas do SCAP para a execução das diretivas da FEC, o impasse deveria ser resolvido com a FEC antes da implementação em solo japonês.

De setembro de 1945 a setembro de 1948 efetuou-se uma grande reforma no serviço público, exoneração de funcionários, promulgação de leis e procedimentos, reorganização de pessoal e material, separação de poderes, regularização do parlamento, regulamentação da Lei da Casa Imperial, criação de ministérios e estrutura burocrática do governo central e das províncias e prefeituras. Denominada oficialmente de Reorientação Política, esta reforma teve seu ponto alto com a promulgação da Constituição do Japão (日本国憲法) e o fortalecimento da Dieta Nacional.

Em síntese, diversos SCAPIN foram enviados ao governo japonês cancelando portarias imperiais e leis anteriores e, por três anos, leis que se baseavam no modelo estadunidense, com separação de poderes entre o executivo, legislativo e judiciário, foram escritas e promulgadas. Com isto, diversos órgãos foram extintos ou criados, funcionários substituídos, ocorreu o sufrágio universal e a criação da lei eleitoral, do código civil e do código penal e, como ponto alto da mudança, o Imperador passou de Divindade Encarnada e Soberano da Nação, a Símbolo do Povo e da Nação³².

Terceira Organização Política Oficial

A Constituição do Japão alterou radicalmente a estrutura governamental japonesa. Estabeleceu a divisão dos três poderes³³, executivo, legislativo e judiciário. Regulou um modelo de governo baseado em leis e atrelou todos os funcionários à lei pelo exercício de sua autoridade. Até então a organização governamental ficava a cargo do Gabinete Imperial mediante consulta a diversos conselhos, via Portaria Imperial e sem o envolvimento da Dieta Imperial. Agora, a Dieta Nacional adquiriu status de mais alto órgão de governo e o único legislador. O Gabinete se tornou o órgão executivo oficial, regulamentado por lei e atrelado à Dieta em responsabilidade. O Judiciário estava livre do controle do Executivo e igualmente regulamentado por lei. Nenhum funcionário ou agência pública possui mais qualquer autoridade para agir por fora do direito estatutário (*Novo Executivo*, SCAP, 1949).

O Imperador deveria atender a cerimônias, realizar nomeações e promulgação de leis, convocar a Dieta, proclamar eleições gerais e entregar premiações. O Executivo estava, entretanto, com o Gabinete, seu Primeiro Ministro e demais ministros que seriam por ele indicados. O Primeiro Ministro deveria ser o líder do partido majoritário, indicado pela Dieta e

³² A mudança aqui se refere ao fato de que de Chefe de Estado e Governo, o Imperador agora teria apenas atribuições ritualísticas fixadas por lei. O vocabulário original em inglês dos documentos da ocupação é “*Sovereign*” e “*Symbol*”, entretanto, o título em japonês permaneceu o mesmo: *Tennō* ou “divindade reinante”.

³³ Panfleto explicativo oficial: <http://web-japan.org/factsheet/en/pdf/e08_governmental.pdf>.

nomeado pelo Imperador (cerimônia de investidura imperial). Os membros do Gabinete apontados também pelo Primeiro Ministro deveriam ser membros do legislativo.

O Legislativo, na figura do Parlamento, a Dieta Nacional, continuou bicameral, entretanto, ambas as câmaras seriam agora eleitas diretamente pelo povo. Os membros da câmara dos deputados possuem mandato de quatro anos e os membros da câmara dos conselheiros eleitos a cada três anos com um mandato de seis anos. Cinquenta de seus membros são determinados pelo número de votos que cada partido político consegue nas eleições gerais. A Câmara dos Deputados é o legislativo dominante, possuindo a autoridade de decretar leis, aprovar tratados, autorizar o orçamento e selecionar o Primeiro Ministro.

Homens e Deuses: a Força de um Mito

Ao olharmos o contexto histórico japonês, foi possível constatar o papel ativo que a Família Imperial teve no desenrolar e na consolidação política do arquipélago, desde os primeiros intercâmbios mercantis com a China e com a Coreia, na adaptação de traços culturais chineses e coreanos no arquipélago, na introdução de preceitos religiosos, na estruturação alfabética e na unificação do arquipélago sob uma mesma bandeira. Mais adiante, a Constituição de 604 vigorou por doze séculos, incluindo todo o *Bakufu*, até a promulgação da Constituição do Império do Japão de 1890.

A forma como as relações sociais centrada na figura do Imperador se consolidou em séculos de prática é perceptível no complexo sistema de códigos legais e práticas políticas encontrado pelo GHQ durante a ocupação. Mostrou-se que o sistema japonês não era desprovido de códigos legais ou de práticas políticas quando ocorreu a Restauração Meiji como alegou o GHQ. Desde 604, as decisões do executivo e do legislativo já eram discutidas na presença do Imperador e a sua aprovação era o suficiente para autorizar plenamente quaisquer ações subsequentes.

Com efeito, a organização política do *Dai Nippon Teikoku* até 1945 possuía um ponto de referência claro: o Imperador. A estrutura era piramidal e dividida em duas partes. Uma parte que cuidava do processo decisório e outra do processo administrativo. Durante a ocupação ocorreu uma ruptura com este sistema piramidal, uma vez que o processo de reorientação política, efetuado pelo GHQ, possuía diretivas claras e diretas: desmilitarização e democratização do arquipélago. Muito embora a Declaração de Potsdam seja a referência, tanto para as ações do GHQ quanto do governo japonês, o uso e a interpretação desta não poderia ter sido mais divergente. Ao passo que o artigo 13 sobre a rendição incondicional do Japão e o artigo 6 sobre a remoção ultranacionalista são considerados referências nos documentos do GHQ, o lado japonês focou o artigo 10 que fala da não destruição da nação e do fortalecimento democrático.

O argumento aqui é que a interpretação do GHQ sobre o processo de rendição, ocupação e reorientação política divergiu da interpretação do governo japonês. O ponto chave para o entendimento da interpretação japonesa é o fato de que o governo japonês nunca considerou a rendição como incondicional, mas sim como uma reorientação procedimental; de como proceder burocraticamente para que a nação nipônica voltasse rapidamente a ocupar o devido lugar entre as nações do mundo explicitado na Declaração de Potsdam. Assim, é possível identificar o peso que este documento possui nas interpretações sobre a ocupação. De fato, a Declaração de Potsdam e o Instrumento de Rendição são recorrentemente citados em outros documentos, SCAPIN e declarações ao longo dos três anos de reorientação política.

Os documentos oficiais da ocupação sobre o processo de reorientação política evidenciam a interpretação estadunidense sobre a realidade política japonesa de 1945 como sendo um local desprovido de regulamentação e responsabilização de seus líderes. Estes líderes foram classificados como conselheiros aristocratas, resquício feudal, ultranacionalistas, extraconstitucionais, bastidores, entre outros. Sobre o Imperador, e por ser uma nação shintoísta oficialmente, recaiu a pecha de líder religioso, símbolo usado por extremistas, representantes da cultura tradicional e milenar do arquipélago. Ao encontrarem um sistema diferente do esperado, o GHQ foi rápido ao diagnosticar a necessidade de uma mudança procedimental e da promulgação de leis, que direcionassem as práticas sociais e institucionais seguindo a cartilha democrática estadunidense. Esta reorientação foi considerada pelo GHQ como um sucesso³⁴.

No entanto, o governo japonês partia do entendimento de tradição hierárquica, desenvolvia ao longo de séculos, dotada de constituições, órgãos diversos, divisão de tarefas e responsabilidades, com uma figura divina no centro dando sentido e coerência a tudo. Além disso, destaca-se aqui que todos os três documentos japoneses, a saber, a Constituição dos Dezesete Artigos de 604, a Constituição do Império do Japão de 1890, e mais tarde a Constituição do Japão de 1947, possuem, em japonês, a mesma designação, qual seja, o termo ‘憲法’ (*kenpō*). Logo, para os japoneses, todos os três documentos possuem sim, o mesmo peso político e uso oficial e, portanto, os dois primeiros não poderiam ter sido desconsiderados pelo GHQ como foram.

Muito embora seja possível afirmar que não havia regulamentação nos moldes ocidentais, (a saber, a separação dos três poderes) a existência das práticas políticas japonesas como as Conferências Imperiais, a reunião de conselheiros, a hierarquização

³⁴ Uma referência indispensável é TAKEMAE, Eiji. **Inside GHQ: The Allied Occupation of Japan and its Legacy**. New York. Ed Continuum, 2002. Esta obra reúne uma extensa bibliografia do tema, além de um trabalho detalhado sobre o dia a dia do GHQ, reunindo entrevistas, documentos, livros e outros materiais. Outra importante referência para os estudos da área é DOWER, John W. **Embracing defeat: Japan in the wake of World War II**. New York, W.W.Norton, 1999.

procedimental e as tarefas vitalícias, eram previstas e oficializadas pela Constituição dos Dezesete Artigos, pela Reforma Taika e pelo Código Taihō. A Carta dos Cinco Juramentos, a Constituição do Império e burocratização da política japonesa foram passos efetuados pelo governo japonês para adequar seu sistema aos moldes ocidentais, devido às diferenças entre o arquipélago e as nações ocidentais, identificadas quando da abertura dos portos, e ao direito mitológico japonês de integração do quadro das grandes potências, governando-as.

Durante a ocupação, estas diferenças de entendimento foram contornadas com o recurso das portarias imperiais, que regulavam, aos moldes da Constituição do Império, as diretivas e SCAPIN do GHQ, ordenando a aquiescência do governo japonês, dando-lhes cumprimento. Entretanto, o comportamento político japonês após a ocupação não seguiu a cartilha estadunidense de comportamento político conforme esperado após o dito sucesso da reorientação política. A resposta japonesa oficial recorrente para dito comportamento foi a Constituição do Japão, ou seja, somente aquilo autorizado pela Constituição era reconhecido como oficial, a ser seguido, pelo governo japonês.

O olhar do contexto histórico-social da realidade japonesa, das circunstâncias políticas do arquipélago e da criação da Constituição do Japão, mostrou-se indispensável para uma análise mais adequada desta problemática. A Constituição do Japão, embora promulgada durante uma ocupação militar, aos moldes ocidentais, seguindo um rascunho estadunidense, foi promulgada pelo Imperador e autorizada pelas portarias e editos imperiais escritos para a sua regulamentação. Assim, ao usar o maquinário político pré-existente, o GHQ sinalizou ao governo japonês que considerava válida esta estrutura, perpetuando-a. As ações e entendimentos japoneses subsequentes seguiram, portanto, sua identidade pré-existente. Escapou ao entendimento do GHQ que estes pontos – estrutura pré-existente mantida e novas regras – seriam conflitantes no entendimento japonês.

Tem-se aqui a importância do contexto histórico para o entendimento das ações japonesas. O sistema japonês não era centralizado e hierarquizado em uma figura de carne e osso, mas sim, em um sistema de deidades milenares, herdeiras da terra. Uma nova estrutura comandada por homens (estrangeiros não herdeiros da terra) sem sangue divino estar acima da pré-existente, uma vez que esta continuou em funcionamento, escapou ao entendimento japonês.

Outro ponto importante é sobre o conteúdo exato da *Ningen Sengen*, cujo original foi escrito em japonês arcaico, que tem sido objeto de debate entre acadêmicos como Peter Wetzler (1998), John Dower (1999), Herbert Bix³⁵ (2000), entre outros. Wetzler (1998, p.3) argumenta que o Imperador persistiu na ideia de que ele deveria ser considerado como

³⁵ BIX, Herbert. **Hirohito and the Making of Modern Japan**. New York, Editora Harper Collins, 2000.

descendente dos Deuses e cita um diálogo com o vice-administrador geral do Ministério da Casa Imperial Michio Konochita, após a divulgação da Diretiva Shinto em que Hirohito afirmava que era admissível dizer que a ideia de que os japoneses eram descendentes dos deuses seria uma concepção falsa, mas que era absolutamente inadmissível chamar de utópico a ideia de que o Imperador era descendente dos deuses.

Com efeito, Dower (1999, p.316-317) descreve as reuniões e diálogos no Ministério da Casa Imperial sobre o texto da *Ningen Sengen* e mostra que o uso dos termos foi cuidadosamente avaliado. A tradução oficial em inglês diz que “*the false conception that the Emperor is divine*” veio da frase em japonês “天皇ヲ以テ現御神トシ”, entretanto o termo “現御神” (akitsumikami) pode ser igualmente traduzido como “manifestação divina” ou “encarnação de Deus”. Ao passo que o termo “現人神” (arahitogami) pode ser traduzido como “Deus vivo”. Assim, o Imperador declara que não seria uma manifestação divina ou encarnação de Deus, mas poderia ainda ser visto como um Deus vivo.

Mais adiante, estes estudiosos destacam que o uso da Carta de Juramento de 1868 no início da declaração mostra que o questionamento da divindade do Imperador não era o ponto central da declaração. Dower (1999, p.317-318) afirma que o ponto do Imperador era mostrar que o Japão já havia sido democratizado na Era Meiji e não pelo GHQ. Somando-se a isso, a declaração havia sido publicada com um comentário do Primeiro Ministro Shidehara que destacava a democracia Meiji e não fazia nenhuma referência à renúncia da divindade do Imperador. Para Dower (1999), ao aceitar a interpretação do GHQ se declarando como ser humano e não como manifestação divina, e seu lugar de “símbolo da nação” e não mais de “general pai de todos”, o Imperador não apenas se manteve no trono como ainda evitou ser julgado como criminoso de guerra.

Considerações Finais

O Japão é, sem dúvida, um arquipélago fascinante. O povo nipônico possui uma forma única de pensar e de se relacionar que desafia os padrões e pré-concepções do restante do mundo. Uma linguagem única, seja em gestos, palavras, ações ou entendimentos, direciona a coletividade em prol do todo, do conjunto, disciplinando-os procedimental, e consolando-os mitologicamente. O período da ocupação estadunidense foi, certamente, um marco modificador do comportamento político japonês no que se refere à sua relação com os demais atores internacionais. Mais visível após 1952, uma grande modificação no comportamento decisório de militar para antimilitar desencadeada durante a ocupação, desafiou modelos, previsões e análises para as questões em segurança que envolvesse o arquipélago.

Identificou-se que a partir da Constituição dos Dezesete Artigos de 604, as condutas, social e política, estavam institucionalmente baseadas nos princípios de lealdade, honra e obediência para com o Imperador – processo visível a partir das estruturas políticas oficiais adotadas ao longo do *Bafuku*; e ao final da Era Meiji (1868-1912), esta conduta estava completamente associada à fé no Imperador, na sua origem divina e na formação do Grande Império Japonês. A socialização dessas regras se traduziu em devoção para com seu senhor, consolidada com a classe *samurai* ou “aquele que serve”.

Ao contrário de muitas narrativas históricas sobre o período da ocupação, os documentos do período mostram a complexa relação entre a autoridade do SCAP e do Imperador, a saber, o SCAP necessitou o posicionamento do Imperador a favor das diretrizes da ocupação para que estas fossem cumpridas pelo governo japonês. Ao mesmo tempo, solicitou ao Imperador documentos que minimizassem a influência da Casa Imperial na vida política do arquipélago. Mais adiante, constatou-se que a interpretação do governo japonês sobre a situação era distinta da estadunidense, a saber, para o governo japonês não houve rendição às forças aliadas, mas sim obediência aos comandos do Imperador.

A partir desta contextualização e da constatação da influência da mitologia nipônica na vida política do arquipélago, pode-se compreender a necessidade sentida pelo GHQ da criação de dois documentos que limitassem esta influência: *The Shinto Directive*, e a Declaração de Humanidade (*Ningen Sengen*), que foram projetados para romper com este ciclo mitológico. Ambos os documentos foram justificados, pelo GHQ, como necessários à democratização do Império e sua oficialização considerada como suficiente para efetivar os ajustes procedimentais adotados com a reorientação política do arquipélago. Argumentou-se aqui, no entanto, que somente a oficialização de novas regras e procedimentos políticos, não foi suficiente para alcançar o objetivo de mudança pretendido pelo GHQ.

Sobre a temática do comportamento político japonês no cenário internacional, o papel do Imperador ainda suscita maiores estudos. Uma sugestão de tema para pesquisas futuras, por exemplo, é a vinculação do papel do Imperador na nova interpretação sobre o artigo 9 da Constituição Showa, votada na Dieta Nacional em 2015, no governo do atual Primeiro Ministro Shinzō Abe. Outra sugestão é o alcance da reforma religiosa efetuada pelo GHQ/CIE na realidade política do arquipélago. Como Chefe religioso shintoísta, o Imperador possuía inúmeros afazeres cerimoniais. Estes afazeres permaneceram. O título de Sua Majestade, Divindade Reinante, permaneceu. O que mudou? Cenas para os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

DOWER, John. **Embracing Defeat: Japan in the Aftermath of World War II**. Londres, Editora Penguin, 1999.

HALL, John Whitney. **Japan from Prehistory to Modern Times**. Charles Tuttle Company, 1971.

IMAMURA, Keiji. **Prehistoric Japan: New Perspectives on Insular East Asia**. Honolulu, University of Hawaii Press, 1996.

LU, David J. Japan: **A Documentary History, Volume I: The Dawn of History to the Late Tokugawa Period**. Armonk, New York: M. E. Sharp, 1997.

LU, David J. Japan: **A Documentary History, Volume II: The Late Tokugawa Period to the Present**. Armonk, New York: M. E. Sharp, 1997.

MACARTHUR (ed). SCAP/GS Report. **Political Reorientation of Japan: September, 1945 to September, 1948**. US Government Printing Office, 1949. Reimpressão: Editora Greenwood, 1970.

RECORDS. **The Nihon Shoki. The Chronicles of Japan**. 720. Disponível em: <<https://ia800301.us.archive.org/11/items/nihongichronicl00astogoog/nihongichronicl00astogoo.pdf>>.

SHOU, Chen [280/290]; SONGZHI, Pei. 三國志: **Records of the Three Kingdoms**. Taipei, Editora Dingwen. 1977.

WETZLER, Peter. **Hirohito and War**. Honolulu, Editora da Universidade do Havaí. 1998.